

DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA POLICIAL: UM BALANÇO DAS POLÍTICAS PARA REDUÇÃO DA LETALIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 1996 E 2005. João Marcelo Maciel de Lima, Luís Antônio Francisco de Souza – Sociologia – Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Este projeto está inserido na área de estudo das instituições públicas e propõe realizar um balanço das políticas de redução da letalidade¹ em ações envolvendo policiais militares no Estado de São Paulo, no período compreendido entre 1996 e 2005.

O processo de consolidação democrática no Brasil, que culminou com a promulgação da Constituição Federativa de 1988, representou importante avanço em relação à defesa dos direitos humanos e em relação à normalidade das instituições jurídicas. A nova constituição além de ser referência de ruptura com o regime ditatorial, também abrangeu um considerável elenco de direitos civis, políticos e sociais. Apesar de estarem fundadas na plena incorporação de direitos, as novas diretrizes normativas, durante os últimos quinze anos de exercício democrático, não se traduziram em eventos práticos de intervenção policial na realidade, que continuava a violar os direitos constitucionais (cf. Hollanda, 2005). Uma dessas violações é o uso pelo Estado e por seus agentes policiais da força desnecessária ou excessiva contra os cidadãos, para a preservação da segurança pública: Tortura, detenções violentas, mortes sob custódia, abuso da força letal, controle violento de manifestações públicas, operações policiais dirigidas contra certos grupos ou populações considerados perigosos, intimidação e vingança (Costa, 2004).

Os índices de letalidade no estado de São Paulo são alarmantes. Por exemplo, do ano de 1992 até o ano 2000 foram 10.912 civis mortos pela polícia. No mesmo período, foram registradas 2.254 mortes de policiais. Assim, é possível notar a dupla face da letalidade, produzindo vítimas entre civis e entre policiais militares. Esses dados reforçam o princípio de que é parte intrínseca da construção de uma democracia o controle público das instituições. A presente pesquisa pretende ser uma contribuição nessa direção. Em outros termos, fazer uma avaliação das estratégias de controle interno e externo da Polícia Militar. Controle Interno é realizado por mecanismos da própria instituição e o controle externo é realizado com a participação da sociedade civil. Algumas iniciativas neste campo merecem destaque:

A Corregedoria da Polícia Militar, órgão de controle interno da Polícia, averigua crimes militares² nos quais estejam envolvidos policiais, recebe queixas da população contra policiais (queixas externas) e queixas de policiais contra seus pares (queixas internas), além de ter a competência legal de apurar faltas disciplinares, abrir e conduzir sindicâncias. É uma instituição judicial na medida em que se trata de um foro especial que faz parte do poder judiciário, podendo processar e julgar os policiais. Esta organização apresenta problemas relacionados ao corporativismo, à hierarquia e a falta de paridade de civis e militares no conselho de sentença (Neme, 1999).

Atuando paralelamente à Corregedoria no Controle interno, o PAAPM³ (Programa de Assistência e acompanhamento e apoio ao policial militar) é originado do antigo PROAR (Programa de Acompanhamento de Policiais envolvidos em Ocorrências de Alto Risco) e se destina à avaliação e assistência de policiais envolvidos em circunstâncias de alto risco, que envolvam morte, acidentes e situações graves. O antecessor PROAR no qual o PAAPM é baseado não teve boa aceitação entre os policiais e foi extinto, pois alteraria a escala de serviço a qual estava adaptado o “bico”, além disso,

¹ Referente às pessoas mortas em ações policiais. As pessoas podem ser policiais, não-policiais ou terceiros.

² Crimes praticados por policiais militares contra civis durante o exercício da atividade de policiamento, tais como homicídio culposo, lesão corporal e espancamento.

³ Criado em 15 de agosto de 2002.

alegava-se que os policiais demoravam no atendimento das ocorrências, pois se sentiam “tolhidos” para trabalhar. (Neme, 1999).

Uma importante iniciativa de controle externo foi a criação da Ouvidoria de Polícia do estado de São Paulo⁴ que abriu um canal para a sociedade civil na fiscalização das polícias civil e militar. O objetivo da Ouvidoria é receber denúncias, reclamações e sugestões da população sobre a qualidade dos serviços policiais e queixas de policiais contra abusos cometidos por seus pares, além de produzir e publicar estatísticas sobre a conduta dos agentes do Estado e propor ao governo a adoção de medidas que visem a diminuição da violência policial, o aperfeiçoamento dessas instituições e a fiscalização civil das ações policiais (Neme, 1999 e Cunha, 2000).

Uma outra iniciativa de controle criada em 2000 pela Secretária de Segurança Pública, foi a Comissão Especial para Redução da Letalidade⁵. A Comissão tinha como objetivo indicar propostas para o aperfeiçoamento e a redução das mortes em confrontos policiais. A Comissão fazia o registro e o acompanhamento das ações policiais que envolvessem letalidade, enviando trimestralmente ao Secretário de Segurança Pública relatórios sobre o acompanhamento dos casos, avaliando e sugerindo estratégias para a resolução do problema da letalidade.

A pergunta fundamental da presente pesquisa é saber se há correlação entre a diminuição da morte de policiais e não-policiais e o período em que essas iniciativas estavam em vigor. A presente pesquisa parte do pressuposto que é possível, para as políticas de segurança pública, a redução da criminalidade e a redução da letalidade em ações policiais.

Referências Bibliográficas

COSTA, A. T. M. *Entre a Lei e a Ordem: a violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro, FGV. 2004.

CUNHA, L. G. Ouvidoria de Polícia em São Paulo. . In: SADEK, M. T. (org). *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp. 2000.

HOLLANDA, C. B. *Polícia e direitos humanos: a política de segurança pública no primeiro Governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro, Revan. 2005.

NEME, C. *A instituição militar na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do estado de São Paulo*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Bolsa: CNPq/PIBIC

⁴ Criada pelo Decreto nº 39.900 e institucionalizada permanentemente com a aprovação da lei 826/27.

⁵ Resolução 526 de 26 de setembro de 2000.